

ÉTICA E CAPITALISMO*

Anne Salmon**

INTRODUÇÃO

Oriundo dos Estados Unidos, o movimento da ética nos negócios e na empresa se desenvolve ruidosamente nos anos 1990. Externamente, o discurso sobre o sentido e a responsabilidade social da empresa se dirige aos clientes, aos acionistas, aos terceirizados, aos jovens diplomados e, indiretamente, ao político, que deve ser convencido sobre a capacidade da economia de mercado se auto-regular. Internamente, o discurso se dirige ao conjunto dos assalariados. Os valores de honestidade, de integridade, de responsabilidade, de atenção no trabalho, de desabrochamento, de autonomia, de solidariedade são difundidos de maneira sistemática nas empresas por meio dos jornais, das cartas éticas, dos códigos e dos cursos. Comitês de ética são criados. Consultores se especializam. Escolas abrem cátedras de ética. Obras são publicadas. Essa « ética da empresa » suscita agora a atenção dos sindicatos e é objeto de questionamentos e de iniciativas por parte das principais organizações internacionais: princípios diretores da OCDE relativos à direção de empresas (1990), código de conduta "Global compact" da ONU (2000), banco de dados sobre as iniciativas sociais das empresas da OIT, Livro verde da CCE (2001).

Destinada a remobilizar os assalariados e a restaurar uma ética no trabalho grandemente fragilizada pelas orientações gerenciais dos anos 1980 (competitividade, concorrência, individualização) e pela dissociação cada vez mais visível entre o econômico e o social, essa "ética gerencial" ultrapassa, amplamente, as fronteiras da empresa e procura se impor bem além; ou seja, em toda a sociedade. Que a economia seja colocada como o lugar de emergência de uma exigência ética, que as escolas encarregadas da formação dos futuros altos executivos ou dirigentes a ensinem, que as empresas a veiculem junto a seus assalariados podem, entretanto, ser objeto de questionamento. É o trabalho que nós empreendemos aqui.

Para dar conta desse fenômeno, primeiramente, examinamos um conjunto de textos oriundos de empresas, o qual nós ampliamos ao integrar outros tipos de textos que, de uma maneira ou outra, procuram promover ou estruturar esse movimento. O conjunto (corpus) analisado é composto de:

- documentos produzidos nas empresas: comunicações de dirigentes acessíveis ao público ou aos assalariados; publicidades na imprensa; artigos de jornais de empresas; plaquetas; documentos estratégicos oficiais; guias práticos; notas internas ou relatórios de comissões de estudos; projetos de empresas, cartas éticas e códigos deontológicos. São textos oriundos, na sua maioria, de grandes empresas ou de grupos, em setores muito diversos: EDF-GDF (Eletricidade de França-Gás de França), SNCF (Sociedade Nacional das Estradas de Ferro), 3M, ESSO, Carrefour, BTB, Crédit-Lyonnais, Renault etc.
- textos de consultores e de profissionais das empresas.
- textos científicos e/ou técnicos que interrogam e se centram na dimensão ética da vida econômica.

A colocação em perspectiva histórica proposta num segundo momento visa precisar a especificidade desta "oferta ética" da empresa. A mobilização e a exploração das situações passadas para compreender o presente é uma orientação metodológica e teórica adotada por certos sociólogos contemporâneos. Essa ori-

* Traduzido do francês por **Carlos Alberto Almeida Ferraz e Araújo**, professor de língua francesa do HABLAR - Curso de Idiomas.

** Prof^a. da Universidade de Caen, França.

entação é, notadamente, defendida por Castel em *Les métamorphoses de la question sociale*, quando o autor procura caracterizar a especificidade da precariedade da situação salarial de nossa época, relacionando-a às antigas situações de vulnerabilidade de massa. A recorrência à história é, então, pensada como o “esforço para retomar o surgimento do mais contemporâneo, construindo o sistema das transformações que a situação atual herda” (CASTEL, 1995, p. 15). Compreender o que o presente comporta de diferente e de comum com as situações anteriores, eis o que é visado por Castel.

Trata-se aqui de, por um lado, examinar um jogo de correspondência entre diferentes fases da economia capitalista e diferentes concepções éticas que podem lhes ser associadas; e, por outro lado, de explorar, ao lado dessas “afinidades”, os fenômenos de erosão, ligados à atualização de processos de instrumentalização da ética, mas também as tensões entre estas duas esferas. Como nós procuraremos mostrar, uma ética da obra coletiva articulada à ordem do progresso no Século XIX foi substituída pela ética protestante na fase de industrialização da produção e de racionalização do trabalho.

Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, se refere à história das religiões. O autor bebe na fonte do material histórico constituído de textos escritos pelos grandes reformadores (particularmente Lutero e Calvino) e dos textos de economistas (Benjamin Franklin).

A idéia de progresso e a moral que a acompanha não surge da “esfera religiosa”. Os grandes textos de referência são aqui textos filosóficos, sociológicos, econômicos que, às vezes, tomam emprestados elementos extraídos das ciências da natureza.

É a partir desse material histórico - e permanecendo guiados pelos historiadores das idéias - que nós tentaremos reinterrogar a história para compreender o “surgimento” dessa ética no mundo econômico. Estaria o capitalismo procurando reproduzir, hoje, a herança cultural e histórica na qual ele se desenvolveu, entretanto desgastando-a, como o denunciaram numerosos autores? O despertar da inquietação ética é o sinal de uma reapropriação dos valores perdidos ou o processo sempre em movimento de desintegração dos valores? A empresa é o instrumento de um processo de subordinação do ético ao econômico que a ultrapassa amplamente? Teriam as lógicas capitalistas encontrado na tecnocratização da ética e na economização dos bens e dos valores, uma nova maneira de “produzir” ordem na cena econômica sem recorrer à autoridade de ordens exteriores a ela própria? Evitando qualquer referência além dela própria - notadamente às ordens transcendentais que pareceram, entretanto, pelo menos até o presente, lhe fornecer motivos ideais suscetíveis de orientar e de disciplinar os indivíduos -, a economia não reforça, de maneira significativa, as tendências em se emancipar das sujeições societárias e, também, políticas?

MOVIMENTO DA ÉTICA DOS NEGÓCIOS E DA EMPRESA

AMPLITUDE E FORMA DO MOVIMENTO

O despertar de uma exigência ética apresenta-se inicialmente como a afirmação de uma conscientização, por parte dos atores do campo econômico, de seu papel e de sua responsabilidade com relação aos grandes problemas que agitam nossa sociedade moderna. “Moralizar os negócios”, e mais amplamente a vida econômica, é reduzir os escândalos financeiros que maculam a reputação das empresas, mas também trazer uma maior visibilidade de sua utilidade social no momento em que o econômico parece se desenvolver em detrimento dos progressos da sociedade, até mesmo “contra a sociedade”. Tal “movimento” encontra-se

hoje longe de estar verdadeiramente estabelecido, mas este se organiza ao redor de atores poderosos do campo econômico que o veiculam e o defendem. Inicialmente associado aos grandes nomes do patronato, é preciso agora reconhecer que esse movimento não é mais o apanágio de figuras emblemáticas, mas que se difunde de maneira mais anônima e, sobretudo, mais sistemática no interior, como no exterior, da empresa.

Do discurso interno à intervenção externa

O discurso ético na empresa é veiculado por meio dos jornais, códigos deontológicos, cartas éticas, projetos de empresas, mas, também, estágios de formação. Especialistas em deontologia são recrutados para elaborar esses códigos e controlar internamente a implementação dessa política. As cartas éticas se dirigem a todas as categorias de pessoal que são, doravante, chamadas a respeitá-las. A ética se prolonga numa moral que busca estabelecer normas de comportamento que o conjunto dos assalariados deve adotar. Tais normas de comportamento são muito claramente afirmadas nessas cartas: certas cartas, difundidas no interior das empresas, não hesitam em qualificar como “falta grave” o não-respeito aos princípios que estas ditam. Por outro lado, pode ser exigido que os assalariados assinem essas cartas no momento da admissão. Trata-se de mobilizar os assalariados sobre os objetivos de crescimento e de competitividade da empresa, tanto quanto de adaptar seus comportamentos. Como, por um lado, assegurar-se da lealdade dos indivíduos, reforçar sua participação no projeto econômico de tal maneira que eles aceitem adotar, entre todas as normas de comportamento que podem reger a vida, aquelas que são melhor adaptadas à boa marcha do sistema? Como, por outro lado, evitar que os valores subjacentes ao desejo de cooperação de cada indivíduo na produção social das riquezas se metamorfoseiem em força de contestação do sistema? Essa dupla questão nos parece estar no âmago das problemáticas da ética econômica e da ética do trabalho que lhe é correlativa.

Externamente, a ética se desenvolve, notadamente, a partir da temática da responsabilidade social ou da cidadania de empresa. A ética aparece como uma resposta das empresas aos movimentos de contestação que se traduziram, primeiramente, por apelos ao boicote de seus produtos (notadamente conduzidos pelas ONGs), em caso de não-respeito aos direitos dos trabalhadores. Os anos 1990 são o teatro de uma inflexão muito clara das políticas de certas firmas internacionais que situam, cada vez mais, sistematicamente, sua participação no bem comum, além da criação das riquezas, buscando promover a ideologia de “uma assunção formal do interesse comum pela empresa privada” (GENDRON, 2001, p. 320). As formas dessa “exteriorização” são múltiplas: simples publicidade institucional (publicidade para o recrutamento na imprensa quotidiana); cartões de visita com texto apresentando a ética que se supõe guiar os assalariados da empresa; “compra ética” (ex.: dinheiro retirado do preço de um produto para uma ação humanitária); ações de luta contra a exclusão social (efetivação das ações de formação e de inserção); criação de “férias solidárias” (ex.: Atlas Logístico – prestador logístico especializado no setor humanitário organiza “férias solidárias” para iniciar assalariados nas missões humanitárias); reagrupamento de profissionais para criar uma marca de seus produtos com critérios éticos (trabalho das crianças, meio ambiente, financiamentos dos conflitos armados na África) etc.

A partir da noção de ética, as empresas tentam, assim, se impor como atores incontornáveis da articulação do econômico e do social e da regulação (GIROUX, 2001). Os poderes públicos e as organizações internacionais (ONU, OIT, CCE etc.) começam, seriamente, a levar em conta esta nova dimensão da empresa que concerne, de fato, todos aqueles que doravante são considerados pelos grandes grupos como “partes envolvidas”. Os diferentes atores são conduzidos a tomar posição no debate público que se inicia atualmente. A solidariedade “voluntária” auto-controlada e privada que a empresa tenta promover entra em tensão com

outras formas de solidariedade: as "solidariedades coletivas" que emanam da sociedade civil (tecido associativo local, ONG) e as "solidariedades obrigatórias" oriundas dos poderes públicos. São, pois, diferentes concepções do bem comum e de suas articulações possíveis que se confrontam entrando em discussão. A ética econômica tornou-se, progressivamente, um problema de sociedade.

O sistema de justificação

O discurso ético da empresa enraíza-se no destaque de uma demanda social de sinalização ou de afirmação clara dos valores que a Religião, a Escola, o Estado teriam deixado de hierarquizar para nos mergulhar num universo no qual tudo se equivale, numa sociedade vazia e sem relevo... A empresa vai pretender dar "um sentido à sociedade para paliar os desfalecimentos das outras instituições" (ENRIQUEZ, 1996, p. 343). Com efeito, numerosos textos oriundos da empresa ou da literatura gerencial mostram o quanto a ética, longe de mascarar uma crise do sentido (sentido do trabalho, sentido da atividade), parece, ao contrário, apoiar-se nessa crise para justificar a reformulação das finalidades da organização, as quais ligariam os objetivos da empresa ao bem-estar dos homens, ao interesse geral ou ao bem comum. A necessidade de sentido, analisada e reconhecida pelos dirigentes, justificaria as respostas fornecidas atualmente pela empresa em termos de produção de balizas propostas no contexto de uma "ética de identidade" constitutiva da identidade da empresa e de seus membros e, ao mesmo tempo, portadora do sentido da responsabilidade que a empresa pretende exercer com respeito à coletividade.

Então, a justificativa do discurso ético na empresa se desenvolve em duas direções complementares. Por um lado, trata-se de convencer da existência de uma necessidade de sentido nos indivíduos e, por outro lado, mostrar que a oferta que emana da empresa responde precisamente a esta demanda. A articulação entre a ética e a comunicação publicitária se estabelece, e isto de maneira necessária, a partir do momento em que a empresa, ao mesmo tempo em que evidencia uma "penúria" de valores, define aquelas próprias balizas como objetos desejáveis, satisfazendo necessidades de ordem privada e o interesse "bem compreendido" do indivíduo em busca de sentido: "ser você mesmo", "sentir-se estruturado por um ideal de dever" que "dá sentido à sua própria ação". Se a amplitude do fenômeno impede de ver nele apenas uma moda passageira, nem por isso a comunicação estratégica e comercial que estrutura os discursos deixa de estar no coração da difusão desta "ética da empresa". O registro publicitário - a sedução e o prazer imediato para si próprio, motivado pela vantagem ou pelo interesse privado, afastando qualquer consideração que o transcenda -, no lugar da propaganda - que, como o sublinha André Gorz (1991), mobiliza o interesse geral para persuadir que está no seu próprio interesse individual conduzir-se segundo o interesse superior do Estado da Nação -, é, com efeito, sintomático dessa nova orientação da comunicação das empresas, menos estritamente ideológico nas suas formas que comercial e publicitário.

O SISTEMA DE VALORES

A ética da empresa mobiliza referências múltiplas que se justapõem uma às outras. Neste sentido, a ética é o resultado de um *quebra-galho* de ideais às vezes extraídos da filosofia e da religião (ao lado do mais irracional esoterismo). As composições/recomposições da ética da empresa transfiguram os conceitos ao sabor de uma comunicação caprichosa sempre em busca de uma nova vestimenta sedutora. As palavras ganham então um contorno colorido, mas perdem seu poder analítico e crítico que se encontra desarmado. Ter-se-á realmente, em certas situações, uma mobilização de motivos ideais externos à economia, mas, inclusive neste caso, não é a eficácia do sistema moral completo de referência que é procurado.

A ética e a liberação do desejo individual

As cartas éticas, publicadas pelas empresas, vão colocar em cena um sortimento de valores do qual, se poderia dizer, reflete a imagem de uma empresa que tenderia a liberar o indivíduo do enfado disciplinar em que havia sido previamente trancado. Sintoma do declínio "do controle hierárquico aproximado" (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 1999, p. 129), as cartas são, também, o sinal de uma nova orientação dos modos de controle.

"A autenticidade", "a responsabilidade", "o respeito aos outros", "a autonomia", "a transparência", "a visibilidade", "a criatividade", "a espontaneidade" e "o informal" são, no nível dos comportamentos, o que deve orientar a nova geração de assalariados. As mensagens multiplicadas pelas direções de recursos humanos, pelas direções da comunicação e, também, cada vez mais freqüentemente, pelos serviços especializados são concebidas para "formalizar" os comportamentos e as atitudes que a empresa pretende valorizar (MERCIER, 1999). Não se trata de enunciar uma série de proibições, mas de expressar um "dever ser" portador de balizas para a ação (tolerância e franqueza, vontade de diálogo, partilha dos conhecimentos, curiosidade etc.). Valores "positivos" são, aqui, mobilizados como figuras do desejável e oferecidos aos indivíduos interessados em se realizar num "agir compartilhado". Esses "motivos ideais" produzidos pela empresa, longe de parecerem dobrar o desejo, têm, ao contrário, como vocação, liberá-lo orientando-o ao mesmo tempo. O **sim** em lugar do **não**, a afirmação de si em lugar da abnegação, a positividade em lugar da coação, o querer ser em lugar do sacrifício estruturam essa nova ética que se apresenta como a valorização do indivíduo e a restauração possível de sua integridade no e para o trabalho. Que a idéia de dever seja acompanhada pela promessa de um benefício pessoal imediato, "estar assegurado", "sentir que existe na empresa", "que sua atividade faz sentido", eis provavelmente uma das especificidades da "oferta ética" da empresa. Aqui se está longe da argumentação de demonstrar que o sacrifício é para o indivíduo a única maneira de participar do progresso da sociedade e que se submetendo à ordem da razão pelo combate contra sua própria irracionalidade, sede do desejo singular, o indivíduo pode atingir as mais altas satisfações.

Este discurso, que se apresenta como uma filosofia e como uma ética pessoal para a glória do indivíduo e de suas paixões, rompe com o discurso moral que valoriza a necessária superação de si mesmo em nome de um bem construído e realizável em comum. A ética, tornando-se fonte e condição de desabrochamento do indivíduo, traduziria a tentativa de fazer coincidir a moral e o desejo, o indivíduo e a instituição. Supõe que se abandone a idéia mestra da sociologia "fim de século", lembrada por Touraine: "a ordem social baseia-se no triunfo da razão e na subordinação do desejo à regra" (TOURAINÉ, 1992, p. 154). Superando a moral rigorosa do dever, para seguir a via individualista que não impõe autoritariamente uma norma, mas que a faz desejar como estando de acordo com o desabrochamento de cada um, a empresa tentaria minar a idéia do conflito ou da oposição entre "a racionalidade social, por um lado, e a convicção ou o desejo pessoal, por outro" (TOURAINÉ, 1992, p. 154); oposição que se encontra no coração da moral social. Assim, contra a idéia de que é a sociedade que impõe as regras morais pelas quais "a razão triunfa sobre o desejo", a empresa como "instituição-mãe", como local de produção da ética, tentaria articular o que a própria idéia de sociedade agora separa. Se a ideologia clássica da modernidade se caracteriza pela "idéia de que a sociedade é fonte de valores, de que o bem é aquilo que é útil para a sociedade e o mal aquilo que prejudica sua integração e sua eficácia" (TOURAINÉ, 1992, p. 30), é aparentemente contra esta idéia que se desenvolve a ética dos negócios. Entretanto, se a ética libera o indivíduo das coações e dos deveres para com a sociedade, não é para que ele se dobre às coações da empresa, espécie de comunidade na qual uma coleção de "eu" deverá desejar se fundir num "nós"?

Ética e identidades coletivas

É verdade que o desafio deste discurso é inflectir as condutas individuais, mas medindo as distâncias entre as cartas éticas de hoje e os regulamentos de oficina que se generalizaram nas fábricas do Século XIX, um outro desafio se desenha.

Os regulamentos de oficina redigidos pelos patrões que impõem comportamentos e regras aos quais eles próprios estão submetidos contribuem muito claramente para lembrar no quotidiano a existência de dois universos impermeáveis: por um lado, os dirigentes têm como missão manter a ordem, impor a disciplina e moralizar os empregados; por outro, a massa operária deve reconhecer um princípio de organização que se situa fora dela própria.

Art. 15. As conversas barulhentas, as brigas, as rixas, os cantos e os jogos são formalmente proibidos, bem como as palavras grosseiras ou imorais, tendo em vista a presença dos aprendizes confiados aos cuidados físicos e morais do patrão, que é encarregado, conforme a lei de 22 de março de 1841, de assegurar os bons costumes e a decência pública em seu estabelecimento (Gráfica Hennuyer, Paris, 1878).

Assim, será multado:

Art. 4. Qualquer operário que der gritos, ou cantar na oficina pagará 0,25 centavos de multa. Se for impossível descobrir o operário que deu tais gritos, mas podendo-se saber que eles tenham partido de um certo número de teares, todos os operários trabalhando nesses teares serão multados, a menos que o autor dos gritos se declare (Uma tecelagem de Roubaix, 1863).

Para além das proibições, é a descrição e, também, a identidade da classe operária tal como ela é definida pelo patrão que se deve localizar no regulamento da oficina. Esta identidade, assim construída, legitima a autoridade patronal. As proibições que constam nos regulamentos de oficinas caracterizam o mundo operário que se torna uma massa irracional. Esta é, talvez, a principal vocação do regulamento; dizer que o operário pode cantar, jogar ou dar gritos na oficina é justificar e legitimar uma limitação desses comportamentos infantis (até animais) por esta autoridade que representa a ordem racional com relação à irracionalidade da massa.

Os regulamentos são claramente dirigidos aos operários e apenas a eles por um patrão ou uma equipe dirigente que dele é subtraída. Um "nós", o patrão e seus "aliados", se distingue de um "eles", os operários. Em outras palavras: se o regulamento de oficina estabelece uma linha de separação entre aqueles que deviam obedecer às regras e aqueles que não eram, de modo algum a elas submetidos, as cartas éticas, dirigindo-se a todo o pessoal, podem contribuir para baralhar esta separação. O sistema de imputação, bem mais que os valores propostos nessas éticas, teria como efeito diluir os "nós" baseados em outros tipos de pertencimento (ofício etc.) e, mais particularmente, o pertencimento a uma classe social. Os conflitos de classe não devem mais ser considerados como uma das principais forças motrizes da mudança. Eis, em guisa de ilustração, o que escreve um diretor geral, engajando-se, pessoalmente, no cumprimento dos princípios para a ação" do grupo que ele dirige:

Por que princípios para a ação?

Quanto mais nos aplicamos para sermos descentralizados, mais se faz necessário saber e dizer o que nós temos em comum. (...) Eu cuidarei pessoalmente de agir segundo estes princípios. Eu espero a mesma coisa de cada um de vocês. Todos nós queremos trazer nossa pedra para o sucesso de Rhône-Poulenc. Que estes princípios para a ação reforcem nosso dinamismo e nosso engajamento (1993).

O “nós” destacado aqui é composto de “eu, pessoal”, que se desligam dos lugares e papéis concretos ocupados por cada um. É uma pessoa particular que se dirige a outras pessoas particulares que, “juntas”, fazem viver o “nós” comunitário recomposto pelas técnicas de linguagem bem mais que pelas situações reais. Com efeito, estas últimas são sistematicamente ocultadas. Tal sistema de imputação de cartas éticas parece, assim como os grupos de expressões do gerenciamento participativo, contribuir nessa “gigantesca empresa de modelagem, de remodelagem das identidades coletivas – fontes de ação e de mobilização – na medida das necessidades da economia” (BORZEIX-LINHART, 1990, p. 137).

O movimento ético é suficientemente estável para que se desenhe uma forma particular de “economização” da ética. Essa tendência, que nós observamos no conjunto de nosso *corpus* de pesquisa, parece se estruturar e se consolidar, em textos de vocação científica que hoje exploram de modo sistemático a questão da “ética econômica” (KOSLOWSKI, 1998) e tentam lhe dar uma armadura teórica que contribui para assegurar uma permanência e uma existência bem além de um simples fenômeno de moda. “A ética dos negócios ter-se-ia tornado uma nova disciplina das ciências de gestão” (PESQUEUX, BIEFNOT, 2002).

O discurso gerencial difundido de modo sistemático, interna e externamente, termina sendo reunido para tornar-se o soclo a partir do qual o capitalismo pretende afirmar seu próprio impacto cultural em toda a sociedade. A economia de mercado seria por si própria portadora de marcas e de normas válidas para além das fronteiras da empresa. É nesse sentido que a “oferta ética”, analisada nesta primeira parte, pode ser considerada como um golpe de força das lógicas capitalistas. O capitalismo, ao mesmo tempo em que leva a sério a advertência dos humanistas contra a destruição progressiva do tecido social e cultural no qual a atividade econômica se apóia, vai procurar reforçar sua hegemonia pretendendo ser ele próprio a fonte possível de um novo sistema de valores conduzido pela “instituição” que se teria tornado a empresa. Mas o capitalismo opera, então, uma perigosa inversão, resumida de modo exemplar pela expressão “a ética tem um valor econômico” (CHALLE, 1997). A economia é, então, o ponto de vista a partir do qual é avaliada a ética. Os promotores dessa nova “ética econômica” engajam, assim, as empresas a “investir” na ética que é radicalmente instrumentalizada.

COLOCAÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

É a partir da análise das “afinidades eletivas” entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, depois estudando a hipótese segundo a qual, no Século XIX, uma ética progressista seria substituída pela ética protestante para acompanhar a fase de racionalização do trabalho na grande indústria, que são aqui examinadas as relações de apoio, mas também as tensões que animam as relações entre a esfera ética e a esfera econômica; isto com o objetivo de retomar a especificidade dos laços que parecem hoje novamente se tecer entre o ético e o econômico. Trata-se de explorar a hipótese segundo a qual este modo de ética pode ser interpretado como a construção de um substituto que procura se impor no lugar da visão progressista do mundo. Esta última, hoje fragilizada, parece faltar para dar um sentido e justificar as atividades pertencentes à esfera econômica e apoiá-la no seu desenvolvimento. O movimento da ética econômica e da empresa bem que poderia, em nossos dias, funcionar como “o complemento mais conveniente”, segundo a expressão de Marx, para acompanhar os desenvolvimentos da racionalidade econômica e a passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial.

A ÉTICA PROTESTANTE E A RACIONALIDADE CAPITALISTA

“O espírito do capitalismo”, segundo Weber, coloca o aumento do capital

como um fim em si, que determina o comportamento e os deveres dos próprios capitalistas. O desenvolvimento do capitalismo exige não apenas formas de organização, mas modelos de comportamento adaptados à crescente racionalização da economia. O "senso dos negócios" não é ditado pelo desejo de se enriquecer por qualquer meio (inclusive pela violência ou pela esperteza), a fim de gozar de uma fortuna rapidamente juntada: "a falta de escrúpulo", "o egoísmo interessado" e "a ganância" só fornecem, a serviço do capital, "piratas" desprovidos de freios morais, cuja conduta submetida ao livre arbítrio não oferece nenhuma garantia, nenhuma presa ao cálculo e à previsibilidade das condutas. O capitalismo racional parece exigir um modo de socialização particular.

O estado de espírito aventureiro que desconfia de qualquer limitação ética permanece excessivamente ancorado na tradição e, quando ele é dominante, determina uma época pré-capitalista na qual "a utilização racional do capital num empreendimento permanente e a organização racional capitalista do trabalho" não é, ainda, o que estrutura o conjunto das atividades econômicas (WEBER, 1964, p. 59). Esse período é ainda marcado por "uma maneira de sentir, de se comportar, de reagir às situações novas que se chama a tradição". "O homem não deseja 'por natureza' ganhar cada vez mais dinheiro, mas ele deseja, simplesmente, viver segundo seu hábito e ganhar tanto dinheiro quanto precisar para isto" (WEBER, 1904-1905; 1964, p. 61). É contra o "espírito tradicional" e a moral que lhe é associada que se obstinou o espírito do capitalismo nascente. O que se precisava justificar era a dedicação à "vocação para ganhar dinheiro", "essa maneira de conceber o enriquecimento enquanto um fim em si à qual os homens se encontram sujeitos enquanto vocação (BERUF)", vocação de que necessita o sistema capitalista para se desenvolver, mas que se opunha "aos sentimentos morais de épocas inteiras" (WEBER, 1964, p. 75).

Segundo Weber, a ética protestante e, notadamente o calvinismo, acompanhou o nascimento do capitalismo lhe fornecendo uma "retaguarda de idéias" que contribuiu para arrancar os homens de seu modo de vida tradicional e justificar moralmente a atividade temporal, dando à atividade quotidiana a idéia de tarefa e de dedicação ao trabalho, ou seja, um valor positivo que tomou o sentido de vocação. O que Weber sublinha é a relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a idéia de vocação no interior de uma profissão. Essa vocação é um ascetismo, cujos fundamentos éticos vão oferecer ao capitalismo os recursos espirituais dos quais extrairá os "motivos ideais" para justificar e legitimar o modo de vida que tal sistema procura impor, varrendo as formas tradicionais de existência. "O escoramento" do espírito do capitalismo na ética protestante vai estruturar, duravelmente, as condutas, trazendo um soclo de legitimação e de crença que tornam possível o prosseguimento sem trégua de uma atividade que não é mais limitada pela satisfação, "em terra", das necessidades ou dos desejos humanos.

É dando um sentido religioso às atividades intra-mundanas que a ética protestante terminou por exercer um apoio ao capitalismo. A justificação baseia-se, então, menos no dinheiro e em sua posse do que na própria atividade. O que é justificado moralmente pelo protestantismo (inicialmente em Lutero) é a tarefa: trabalhar sempre agrada a Deus e se torna uma "obrigação moral". Portanto, é a atividade que é legitimada aqui. O trabalho profissional torna-se a ordem que Deus impõe ao indivíduo; este deve doravante, por seu trabalho, cumprir o "encargo concreto determinado pela providência".

Como o mostra Weber a propósito do calvinismo, um sistema ético não é um simples inventário de valores e de preceitos, é, também, uma mobilização psíquica que desenha uma forma particular de adesão. É este conjunto de valores, bem como a relação com os valores, que constituem o sistema ético completo. A eficácia da ética protestante não repousa unicamente nos ideais oferecidos pela religião, mas na doutrina da predestinação e na angústia que inculca no crente. É tal doutrina que, em parte, determina o respeito aos valores e que, permanentemente, proíbe de deles se escapar. A ética religiosa pode, assim, acompanhar o protestante numa prática do mundo que ele experimenta no quotidiano. A

transcendência desta ética implica uma tensão entre o real e o ideal que pode desembocar não numa adesão passiva ao mundo, mas numa mira emancipadora e transformadora do mundo. Nesse tipo de ascetismo, não apenas “trabalhar cada vez mais” agrada a Deus e se torna um dever moral, mas esta conduta é “agida por Deus” (ela deve ser racional). O ator econômico, guiado pela ética ascética, se considera, na sua ação, como o instrumento de Deus e o é a cada vez em que ele cumpre sua tarefa. É nesse sentido que o esforço ininterrupto e seu resultado podem tornar-se sinal de eleição, confirmação da Salvação.

A referência ao Além e à Ordem Divina justifica o desligamento da atividade com relação à satisfação imediata no consumo dos frutos do trabalho, atribuindo-a a uma vontade divina e transcendente que remete sempre para adiante o limite do labor. A religião faz a atividade de reprodução sair das coisas necessárias à vida e a atividade de acumulação sair da esfera da pura necessidade e da futilidade do que deve sempre ser recomeçado, dando-lhes algo de ordem divina. A atividade ganha um sentido e um valor que permitem ao indivíduo transcender sua própria existência para manter, na sua ação, uma relação com Deus.

Inicialmente sustentado pelo ascetismo puritano, o espírito do capitalismo, ao “organizar o mundo à sua imagem”, decolou e tornou-se autônomo com relação às referências explícitas à religião protestante. Weber indica que a religião como suporte das motivações sofreu, desde o Século XVIII, tamanha erosão que os capitalistas logo evitaram fazer referência a ela. Entretanto, o autor sugere que a religião tornou-se quase um incômodo que devia ser superado, sublinhando, então, menos a diluição da ética religiosa que seu aspecto embaraçoso para o desenvolvimento da racionalidade capitalista:

De fato, aqueles que adotam essa atitude (a vocação de ganhar dinheiro) não precisam mais da sustentação de nenhuma força religiosa, e eles sentem as tentativas da religião para influenciar na vida econômica – na medida em que essas tentativas ainda são sensíveis – como entraves análogos à regulamentação da economia pelo Estado (WEBER, 1964, p. 74-75).

Para além dos fenômenos de erosão, é preciso, com efeito, levar em conta as tensões entre o desenvolvimento da racionalidade e a ética protestante.

Na medida em que a ética religiosa é o vetor pelo qual encontraram-se ligadas - contra a herança da tradição - a produção, a vida material e a afirmação de si (diante de Deus e dos homens), tal ética pode opor-se à nova separação estabelecida pela indústria nascente quando em seu seio o trabalho perde “toda aparência de uma mobilização de si próprio” (MARX, 1844-1846; 1965, p. 1120).

O que Deus exige, não é o trabalho em si mesmo, mas o trabalho racional no interior de um ofício.

Fora de uma profissão firmemente assegurada, um homem não saberia conduzir sua tarefa a bom fim; [...] por isso, uma profissão fixa é o que há de melhor para cada um (BAXTER, citado por WEBER, 1964, p. 194).

No protestantismo, a profissão “firmemente assegurada” valoriza as qualidades individuais (aqui, se renuncia, como em todo ascetismo, à universalidade faustiana do homem, não se renuncia à individualidade). A partir da idéia de vocação, no que diz respeito à profissão, o indivíduo garante sua salvação diante de Deus, mas ele também atesta suas qualidades diante dos homens e se afirma pessoalmente.

As seitas puritanas utilizaram para os fins dessa educação disciplinada (Anzuchtung) os interesses individuais todo-poderosos no plano social da estima de si próprio. Essas motivações individuais e esses interesses pessoais foram, pois, colocados a serviço da manutenção e da propagação da ética puritana ‘burguesa’ [...]. Em todas as denominações puritanas, esses benefícios psicológicos estavam ligados à ‘confirmação’ (Bewährung) do cristão diante de Deus, no sentido de garantia da salvação; no interior das seitas puritanas, eles eram centrados no ‘atestado’ diante dos homens, no sentido de afirmação social de si

próprio (WEBER, 1964, p. 260).

Se, na fábrica do Século XIX, uma ética do trabalho pela qual o indivíduo se afirma se torna cada vez menos pensável, na medida em que a individualidade do operário se perde no mecanismo industrial, mesmo assim uma disciplina do trabalho é tornada necessária. Assim escreve Ure:

A principal dificuldade não consistia tanto na invenção de um mecanismo automático... a dificuldade consistia, sobretudo, na disciplina necessária para fazer os homens renunciarem a seus hábitos irregulares no trabalho, e identificá-los com a regularidade invariável de um grande autômato. Mas inventar e colocar em vigor com sucesso um código de disciplina manufatureira conveniente às necessidades e à celeridade do sistema automático, eis um empreendimento digno de Hércules, eis a nobre obra de 'Arkwright' (MARX, 1867; 1965, p. 957).

Fica claro, aqui, que o motor e a produção mecânica não tenham tido, apenas eles, "a força irresistível" que, segundo Weber, determinou "o estilo de vida do conjunto dos indivíduos nascidos nesse mecanismo" (WEBER, 1964, p. 224).

A ÉTICA PROGRESSISTA E A RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

Se o ideal progressista não se formou com o capitalismo, esta maneira particular que tem a modernidade de ligar o desenvolvimento das técnicas e o crescimento das riquezas coletivas ao desabrochamento da humanidade é um tema cujas evoluções parecem indissociáveis da história do capitalismo. O culto do progresso e a moral que o acompanha estão ancorados nessa relação de produção, ou seja, permite redefinir o sentido do trabalho quando este não mais se efetua no quadro de uma produção pensada como o resultado da atividade de trabalhadores isolados em concorrência uns com os outros, mas como aquele "de um trabalho socialmente organizado e combinado numa dimensão maior" (MARX, 1867; 1965, p. 995), isto é, no momento em que a produção se organiza no seio da fábrica que reúne uma massa cada vez mais numerosa de trabalhadores.

Da fábrica à grande indústria, o que se desenvolverá indissociavelmente ao crescimento e à concentração do capital são as forças produtivas que, quando reunidas em um mesmo espaço, fornecem, graças ao recorte engenhoso dessa massa de trabalhadores há pouco constituída, um acréscimo de trabalho do qual o capital se mostra ávido. Essa nova força exige, por parte dos indivíduos, que estes aceitem renunciar à mobilização, no trabalho, de sua própria capacidade de organização, para ser colocado em movimento pela máquina. Esta contém, doravante, nela própria, o princípio de racionalização ao qual eles devem aceitar a se submeterem. Na grande indústria, a cadência do motor organiza, sob a forma de continuidade, os gestos de cada um, quase arrancando esses gestos daquele que trabalha, para reagenciá-los e recompor uma nova unidade, aquela do trabalhador coletivo. O motor, essa força independente dos querer humanos que, entretanto, liga as forças humanas desencarnadas, permite, para além dos desejos individuais, das trocas e das comunicações, produzirem objetos cada vez mais complexos e em número maior. É o desenvolvimento do maquinismo que redesenhará, não de maneira acidental como na manufatura, mas de maneira necessária, como condição do trabalho, os contornos dessa nova individualidade que é o trabalhador coletivo; este tira, doravante, sua unidade e seu movimento da técnica. Se na manufatura o trabalhador coletivo é ainda sujeito da ação, na fábrica automática "é o próprio autômato que é o sujeito e os trabalhadores são simplesmente adjuntos como órgãos conscientes desses órgãos inconscientes e com eles subordinados à força motriz central" (MARX, 1867; 1965, 952). Contudo, a técnica coloca os homens em movimento.

A grande indústria participa de uma reformulação da unidade que não é mais exatamente confundida com a unidade individual, esta sendo decomposta para constituir uma força superior, aquela desenvolvida pelo "trabalhador coleti-

vo". É quando são abolidos os últimos vestígios da organização tradicional dos ofícios que ainda estrutura a manufatura. O motor, estabelecendo uma continuidade entre os diferentes gestos de fabricação, termina de desmembrar o indivíduo no trabalho para integrar seu gesto como unidade elementar de uma cadeia contínua, cujo termo é a realização de uma obra coletiva que determina a razão de ser do trabalho heterônomo, e justifica, pela sua grandeza e seu sentido para a sociedade, os sacrifícios e as renúncias realizados por cada um.

Uma ética progressista impondo "uma moral social do dever" se constituiu, no Século XIX, para acompanhar o impulso da sociedade industrial. Essa nova ética dá um sentido (direção-horizonte), uma finalidade, agora, intra-mundana à atividade econômica, inscrevendo-a numa problemática da racionalização social. Diferentemente do Século XVIII, no qual essa racionalização social nascente parecia colocar o casal meio-fim numa simultaneidade que permitia referir cada etapa dos progressos da sociedade, o gasto das forças nos objetivos colimados (a felicidade da humanidade) e o evolucionismo, no Século XIX, metamorfoseiam o pensamento do desenvolvimento da sociedade, produzindo um distanciamento dos fins, que se tornam o termo abstrato da história humana. O termo do esforço é repellido para cada vez mais longe e instala cada geração no sacrifício para as gerações futuras, na dívida para com as gerações passadas, e, sobretudo, na incapacidade de organizar e de construir sua felicidade presente. Os fins tornam-se o ponto de apoio do sistema de justificação de uma escolha particular de sociedade e de desenvolvimento que designa o progresso técnico e a industrialização como os meios necessários para realizar as esperanças formuladas pelas Luzes. Por sua parte, essa técnica favorece a emancipação das lógicas econômicas do quadro individualista que lhe havia fixado a ética religiosa, justificando o trabalho social e as novas formas de cooperação na grande indústria.

É, finalmente, renunciando ao desejo de realizar em si mesmo "a humanidade inteira" que se contribui à realização da humanidade; é sacrificando sua própria perfectibilidade que se aperfeiçoa a humanidade. É por este preço que cada um participa dos progressos da humanidade, lento desenvolvimento durante o qual cada geração melhora a sorte da geração futura, beneficiando-se, por sua vez, do labor acumulado pelas gerações passadas. Ser útil é, então, menos realizar a si próprio do que abandonar seu desejo de ser si mesmo na origem da produção e, permanecendo humilde, dócil, obediente, participar da única grandeza possível para o indivíduo: a realização de uma obra coletiva. É essa renúncia de si mesmo que se torna moral. A ética individualista do protestantismo se vê destronada por uma ética da obra coletiva em que se baseia a visão progressista do mundo.

Os regulamentos de oficina são sintomáticos dessa necessidade, para o patronato, de coagir cada indivíduo a abandonar ao coletivo de trabalho a possibilidade de realizar uma grande obra e de aceitar integrar-se nesse coletivo, o "nós". A autoridade moral, que o patronato no Século XIX se outorgou, sustenta a certeza de que a atividade desmembrada e, em parte, desnuda de sentido permite realizar um bem maior quando ela se integra e se ajusta à organização da oficina. A tarefa infinitesimal e repetida deve aparecer como o que pode, apesar da pequenez da força de cada homem (até mesmo fazendo-o desejá-la), garantir a cada um participar da construção de um grande feito. É aceitando a mediação da ação coletiva, o cuidado ou o amor pelo detalhe que o indivíduo terá acesso ao reconhecimento. As pequenas ações contabilizadas e acumuladas são a própria marcha do progresso. Nesse sentido, a moral, tal como esta se desenvolve nos regulamentos de oficinas no Século XIX, não é apenas a esfera em que se distingue o bem do mal, mas designa, também, os processos pelos quais cada indivíduo acessa a grandeza e o bem moral, bem como valoriza e torna respeitável o gosto pelo detalhe, sublima a estreiteza de espírito que lhe é associada.

A moral que precedia uma "racionalização utilitária de detalhe" e uma "contabilidade moral" (FOUCAULT, 1975) contribui, assim, para redefinir os modos de

participação de cada um na obra coletiva. Nesse sentido, essa moral procede de uma nova economia da grandeza, aquela em que Nietzsche denuncia o caráter ascético e desindividualizante, tornando-se uma "moral de rebanho" (NIETZSCHE, 1886; 1951, p. 128).

A ÉTICA DA EMPRESA E A RACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Hoje, a economia, apoiando-se nas novas tecnologias da "sociedade informacional" (Castells, 1998), parece se engajar numa nova fase de racionalização. Essa etapa consiste em integrar, no vasto processo de valorização do capital, as trocas e as comunicações no momento em que se acentuam as tendências à terceirização e à mundialização da economia. A economia de mercado pode ter encontrado as novas "bases tecnológicas" de seu desenvolvimento com a condição, entretanto, de mobilizar o desejo de trocar e de comunicar de todos aqueles que são chamados a participar da modernização. Na sociedade pós-industrial que emerge, o gesto do indivíduo desmembrado tem apenas pouca importância a serviço do capital: a ação dos indivíduos e dos grupos que compõem a empresa depende, como o sublinha Sellier, cada vez mais, "da qualidade das relações sociais que os une e é da análise da qualidade dessas relações sociais que trata o esforço" (SELLIER, 2002, p. 173).

Doravante, é a "pessoa global" que é levada em conta: a autonomia, a criatividade, as capacidades de inovação ligadas cada vez mais às trocas de saber, de *know-how*, de conhecimento, ao desejo de comunicar encontram, nessa evolução da organização da produção de bens, uma maneira de ser "valorizada", tornando-se as "matérias-primas" indispensáveis à utilização plena das novas tecnologias. Os recursos humanos correm, então, o risco de se encontrarem engajados como meios para terminar sendo organizados e utilizados racionalmente com relação ao objetivo de crescimento das riquezas. Tais recursos não seriam mais colocados como fins ou valores em si. Uma ética aparentemente recentrada no indivíduo poderia realmente ser o "complemento mais conveniente" da nova sociedade informacional e terceirizada. Entretanto, não há a certeza de que tal ética tomará exatamente as formas da ética religiosa (ou mesmo da ética individualista do Século XVIII), pois parece claro que o indivíduo da sociedade pós-industrial contrasta com aquele que, na sua relação com a ética, devia afirmar suas qualidades pessoais diante de Deus e da sociedade. Hoje, por meio da sedução da ética, é antes a captação das qualidades individuais a serviço de um fim completamente diferente da afirmação de si mesmo (afirmação faustiana da humanidade em si mesma?) que é preciso situar.

Uma das questões que se formulam é, portanto, a de saber se diante da fragilização das duas grandes éticas transcendentais se desenvolvem atualmente, por meio do movimento da ética dos negócios e da empresa, tentativas para substituí-las por uma ética puramente econômica produzida para fins de regulação e de coordenação de sua própria atividade. Como ao mesmo tempo suscitar as trocas, a comunicação e a inovação, isto é, mais globalmente, a criatividade no trabalho cuja economia espera visivelmente novas fontes de riqueza, e se certificar ao mesmo tempo de um controle e de uma previsibilidade desses novos comportamentos? Como suscitar valores capazes de cimentar novamente as formas de cooperação arruinadas pelas lógicas gestionárias, quando ao mesmo tempo esses valores podem estar no fundamento de exigências de redistribuição das riquezas produzidas socialmente?

A formulação de uma ética econômica e de empresa nos parece procurar responder a estas questões. A valorização da ética econômica sob a forma contemporânea poderia acompanhar uma nova fase da história da racionalização capitalista: aquela que consiste, hoje, em organizar as trocas e as comunicações no

momento em que a tecnologia oferece o suporte técnico que lhes favoreça o impulso e a estruturação para tanto. A ética econômica poderia, numa outra medida, tornando-se um "meio de regulação" de "processos sem fim", se emancipar do quadro meio-fim tal como este foi até o presente colocado; quadro que, em nome dos objetivos fixados e fornecidos pela ética progressista, poderia permitir interrogar a utilização da riqueza social: o bem da humanidade ou as lógicas de crescimento? A ética econômica não daria mais "o sentido-direção", mas "valores-crenças", como elementos de regulação de uma ação coletiva que deve (para o sistema) permanecer coordenada.

Os valores e o sentido cortados da esfera dos meios poderiam encontrar na comunicação publicitária as técnicas, permitindo mascarar e, até, manter esse desprendimento. Este se operaria num duplo sentido: a organização da atividade (notadamente econômica) não seria mais efetuada em função dos valores coletivos que se buscam estabelecer; a organização concreta da vida na empresa aí se oporia em vez de ser pensada como uma condição de possibilidade de seu desdobramento. A atividade econômica estaria cada vez menos referida a finalidades fixadas como objetivo da ação. As finalidades e os valores seriam oferecidos aos indivíduos para que eles pudessem continuar a agir num contexto que justamente não é portador desses valores, mas os fragiliza. A crença seria então baseada no interesse bem compreendido de indivíduos desejosos de permanecer na "corrida" e no sistema que, nele próprio, não seria mais portador de sentido. A publicidade dos bens e dos valores manteria, através de um simulacro, o laço cada vez mais distendido entre o real e a mira ética, o sistema e o mundo vivido, entre os meios e os fins. A ética, reduzida a uma pura funcionalidade (ditada pelos interesses do sistema e daqueles que buscam nele se manter a qualquer custo), poderia se satisfazer com efeitos de verdade, justificados pela ação eficaz. A necessidade de crer seria substituída pelo desejo de sentido, colocado como ordenamento de um real social e humano, porém, problemático. É a adesão ao mundo e não mais a emancipação do mundo que seria visada. A perda de transcendência característica dessa nova ética produzida pela ordem econômica fragiliza suas potencialidades críticas. Não se trata mais aqui de avaliar o sistema econômico com respeito a valores sociais, religiosos ou humanos que se projetam sobre tudo, mas realmente de responder à questão: Qual é o valor econômico dos valores sociais, religiosos e humanos?

CONCLUSÃO

Emancipando-se das éticas transcendentais que, articuladas à ordem do mundo, pareceram até o presente fornecer motivos reais suscetíveis de orientar a ação e de disciplinar os indivíduos, a economia reforça, de maneira significativa, as tendências a se autonomizar com relação a qualquer outro fim humano ou social (SALMON, 2002). Longe de ser o sinal de um reencaixamento do mercado no social, a ética econômica toma, bem ao contrário, o caminho de uma instrumentalização do social apenas em proveito das formas capitalistas (LÉVESQUE, 2001). Se os valores e os fins perdem uma parte de sua transcendência desde que eles são abocanhados no processo econômico, o que poderá garantir o sentido da atividade? O que poderá preservá-la da diluição na futilidade das coisas que estão sempre a recomençar e que nelas próprias não têm importância e valor, e/ou lhe dar uma direção, um objetivo, um horizonte, uma finalidade? Com efeito, a ética "imaneente" à ordem econômica corre o risco de tornar-se uma pura mística social cuja vocação seria sustentar uma ação humana desprovida de sentido (direção) e de valores (fundamento), mas que mesmo quando ela não for mais que uma agitação sem fim para o homem, deverá ser controlada, organizada, coordenada para a economia. A ética a serviço da economia não terá mais nada a dizer ao homem, a não ser dizer valores suspensos, desprendidos da atividade real/con-

creta na qual estão implicados os indivíduos; valores aos quais será preciso, entretanto, crer para continuar a corrida desenfreada pela sobrevivência, até o momento em que a sobrevivência não terá mais realmente importância. A ética de fundamento da ação, depois de objetivo para a ação, tornar-se-ia, então, um "meio de regulação" de uma ação humana sem horizonte: um imaginário ilusório para suportar a angústia do sentimento de ser agido por processos sem fim.

REFERÊNCIAS

- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E., 1999. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Éditions Gallimard, Paris.
- BORZEIX, A.; LINHART, D., 1990. Les identités en parole. Entreprise et pratiques langagières. In : Chanlat J.-F. (dir.), *L'individu dans l'organisation, les dimensions oubliées*. Les presses de l'Université Laval et les Éditions ESKA, pp. 115-138.
- CASTEL, R., 1995. *Les métamorphoses de la question sociale*. Librairie Arthème Fayard, Paris.
- CASTELLS, M., 1998. *La société en réseaux. L'ère de l'information*. (1^{ère} éd. 1996.) Librairie Arthème Fayard, Paris.
- CHALLE, B., 1997. *La Tribune*, 5 Janvier.
- ENRIQUEZ, E., 1996, Les enjeux éthiques dans les organisations modernes. (1^{ère} éd. 1993.) In : Meynaud H.-Y. (Éd), *Les sciences sociales et l'entreprise*. Cinquante ans de recherches à EDF. Éditions la Découverte, Paris, pp.336-359.
- FOUCAULT, M., 1975. *Surveiller et punir*. Naissance de la prison. Éditions Gallimard, Paris.
- GENDRON, 2001, Enjeux sociaux et représentations de l'entreprise. *Revue du Mauss* (15), 320- 325.
- GIROUX, G., 2001. Le rôle de l'entreprise dans la régulation. In : Dion, M., (dir.) *Responsabilité sociale de l'entreprise et déréglementation*. Guérin, Montréal.
- GORZ, A., 1991. *Métamorphoses du travail et quête du sens*. Critique de la raison économique. Éditions Galilée, Paris.
- KOSLOWSKI, P., 1998. *Principes d'économie éthique*. (1^{ère} éd. 1988.) Les Éditions du Cerf, Paris.
- LÉVESQUE, B.; BOURQUE, G. L.; FORGUES, E., 2001. *La nouvelle sociologie économique*. Originalité et diversité des approches. Desclée de Brouwer, Paris.
- MARX, K., 1965. L'idéologie allemande. Conception matérialiste du monde et critique du monde (1^{ère} éd.1844-1846.) In : *Oeuvres*. Éditions Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, t. III.
- MARX, K., 1965. Le capital (1^{ère} éd. 1867.) In : *Oeuvres*, Éditions Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, t.I.
- MERCIER, S., 1999. *L'éthique dans les entreprises*. Éditions La Découverte et Syros, Paris.
- NIETZSCHE, F., 1951. *Par-delà le bien et le mal*. (1^{ère} éd.1886.) Aubier - Éditions Montaigne, Paris.
- PESQUEUX, Y.; BIEFNOT, Y., 2002. *L'éthique des affaires*. Management par les valeurs et responsabilité sociale. Éditions d'organisation, Paris.
- SALMON, A., 2002. *Éthique et ordre économique*. Une entreprise de séduction. CNRS éditions, Paris.

SELLIER, F., 2002. L'apport de l'analyse sociétale à la théorie économique de la firme. *Sociologie du travail* 44 (2). 155-174.

TOURAINÉ, A., 1992, *Critique de la modernité*, Librairie Arthème Fayard.

WEBER, M., 1964. *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. (1^{ère} éd.1904-1905.) Librairie Plon, Paris.

Documentos citados :

Regulamento de uma oficina de tecelagem de Roubaix, 1863.

Regulamento de oficina da gráfica Hennuyer, Paris, 1878.

Fonte : Biroleau A., 1984. Les règlements d'ateliers, 1798-1936, Bibliothèque Nationale, n°I, Paris. Esta obra é o catálogo das 354 micro-fichas dos regulamentos de oficinas conservados na BN.

Principes pour l'action de Rhône-Poulenc, 1993.

Principes directeurs de l'OCDE relatifs au gouvernement d'entreprise, 1999.

Code de conduite « Global compact » de l'ONU, 2000.

Banco de dados sobre as iniciativas sociais das empresas da OIT, vip@ilo.org.

Livro verde da CCE « Promouvoir un cadre européen pour la responsabilité sociale des entreprises », 2001.